

Educação e profissionalização

GRANDES empresas, entre as que absorvem volume mais expressivo de mão-de-obra qualificada, têm investido cada vez mais no treinamento de seus quadros: a IBM do Brasil, por exemplo, empregará este ano mais de US\$ 13 milhões; o grupo Itaú, talvez mais que os US\$ 2,2 milhões do ano passado; e a Elebra, empresa fabricante de equipamentos de computação e telecomunicação, tem, para 1989, uma programação de 85 mil horas/homem de treinamento e reciclagem.

ISSO mostra que os departamentos de recursos humanos estão a detectar carências numa formação supostamente especializada; e faz perguntar se uma formação, mesmo aprimorada, é capaz de acompanhar a constante atualização das empresas; ou seja, de pautar-se pelas exigências de um mercado de trabalho onde a evolução é implacavelmente ditada pelo duro jogo da livre concorrência. Pergunta que se poderia traduzir assim: a escola, em geral, e a universidade, em particular, têm condições de profissionalizar?

QUE as escolas devam visar à profissionalização, é facilmente admitido. A grande questão é se o ensino formal e as instituições educativas, públicas ou privadas, tais como se apresentem, dispõem dos instrumentos para promovê-la.

SE o processo educacional se fizer à revelia da opção nacional de desenvolvimento, não merecerá tal nome, pela alienação que será seu fruto: o trabalho é o grande mediação do homem adulto consigo mesmo; e o cidadão participante é basi-

camente aquele que se encontra em ação num dos múltiplos papéis ou funções que a evolução da sociedade e do País reclama. É excelente que a escola possa atender a diversas carências — carências nutricionais, carências na assistência médica e carências até de opções de lazer. Seu objetivo, porém, como agência de educação formal é habilitar para o ingresso na força ativa de trabalho.

QUANTO à universidade em especial, se é bem verdade que ela deve procurar ser a consciência crítica da sociedade e da Nação — ideal que justifica a prerrogativa de sua autonomia —, esta será mais uma razão para que o processo educativo que nela se desenvolve não esteja divorciado do mundo do trabalho: nada há de mais acrítico que a consciência pretensiosa formada dentro de uma torre de marfim.

O DESAJUSTE notório não deriva, portanto, de uma divergência de princípios, entre a escola e o mundo da produção. Derivará, bem provavelmente, de uma separação de fato, não de direito. Separação que faz com que se ignorem mutuamente e cresçam paralelamente; com prejuízo da produtividade em ambos.

JÁ SE tentou, no Brasil e não faz muito tempo, tornar profissionalizante o ensino de Segundo Grau. A tentativa foi um rotundo fracasso, por ter imaginado que a escola poderia ser um agente de profissionalização por si, e com se articular com o mercado de oferta

de trabalho que a sinaliza; e por efeito de um pressuposto equivocado, que ainda persiste, no Brasil: o de que há uma faixa etária de escolaridade distinta e separada da faixa de ingresso no trabalho ativo.

NO TERCEIRO Grau, a separação se agrava pela adição do preconceito. Porque o mundo empresarial revela às vezes tendência a avaliar de maneira utilitária e até mecanicista a produção intelectual da Universidade — isolando-a, assim, de sua função renovadora e condenando-a a um processo educativo meramente reprodutor. Já nos meios acadêmicos se encara às vezes a independência da pesquisa e a própria autonomia universitária à maneira de uma soberania plena: é privativo da Universidade determinar critérios e mecanismos de avaliação, de acompanhamento de qualidade e de desempenho — num preconceito arcaico, que faz lembrar a divisão do trabalho na sociedade estamental da Idade Média, entre "artes liberais" (que equivaleriam à atual produção acadêmica, ciosamente auto-avaliada) e "obras servis" (que equivaleriam ao processo de produção de bens econômicos).

E PRECISO vencer essa separação: se a educação formal não deverá jamais constituir-se em privilégio, é porque ela jamais deverá ser fútil ou inútil; e se a empresa quer se renovar de maneira mais que cíclica ou episódica, é com a educação formal que deve se comprometer; e cuidar de mais diretamente nela investir.